

A LINGUÍSTICA NO TEMPO: PONTOS DE VISTA SOBRE A LINGUAGEM*

THE DEVELOPMENT OF LINGUISTICS: A QUESTION OF POINTS OF VIEW ON LANGUAGE

Cristiane Fuzer**

ABSTRACT: Different views on language from previously held conceptions have provided new relationships between this object of study and the subjects. Presenting some of these points of view in order to trace the historical course of linguistic studies is the purpose of this paper. The criterion used to select theories takes into account factors that seem to express nuances among them, aiming to point out some aspects of the development of linguistics before and after its acknowledgement as a science. The knowledge of these conceptions leads us to conclude that it is impossible to undertake any kind of linguistic study denying the relevance of previous studies. Thus, the role of contemporary linguists is as complex as the role of Greek and Roman philosophers, medieval grammarians and neogrammarians.

KEYWORDS: Linguistics; linguistic theories; historical course.

1 INTRODUÇÃO

cai a areia
grão a grão
gota a
gota
vai
a
vida
ávida de
vinho e pão
escoa, esvai

Jorge Fernando dos Santos. *Ampulheta*.

Em diferentes épocas, o trabalho dos linguistas consistiu em integrar descobertas antigas num sistema conceptual novo. Essa sistemática, percebida por Ducrot & Todorov (1982), é recorrente nos estudos da linguagem, a qual tem sido analisada, ao longo do tempo, sob diferentes

* Este trabalho foi apresentado à disciplina *Linguística Geral* do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, em 2004, orientado pela Prof. DR. Vera L. Pires (UFSM), a quem agradeço a leitura. A primeira versão foi apresentada no Seminário Internacional em Letras, do Centro Universitário Franciscano, em 2004.

** Doutora em Estudos Linguísticos pela UFSM. crisfuzer@yahoo.com.br

pontos de vista. Diferentes olhares sobre esse objeto de estudo a partir de concepções previamente divulgadas têm feito emergir novas relações entre a linguagem e seus usuários.

Apresentar alguns desses pontos de vista, a fim de traçar o percurso histórico dos estudos linguísticos, é o propósito deste artigo. Está dito “alguns”, em vez de “principais”, por julgar relevantes todos os estudos sobre a linguagem até então divulgados. O critério aqui empregado para a seleção das teorias leva em conta fatores que parecem marcar as nuances entre elas, porquanto o objetivo se limita a uma tentativa de pontuar o desenvolvimento da linguística antes e após seu reconhecimento como ciência.

Inicialmente, apresenta-se a visão geral da linguística até o início do século XIX, período em que a linguística passou por fases sucessivas, quais sejam: filosófica, filológica e histórico-comparatista. A partir do século XIX, a linguística adquiriu o *status* de ciência, graças ao olhar lançado por Saussure sobre a linguagem, a quem cabe o crédito do estabelecimento de um marco entre a linguística antiga e a moderna.

A partir das concepções de Saussure, vários outros estudiosos – denominados, então, linguistas – passam a analisar a linguagem sob diferentes perspectivas, percebendo aspectos na constituição da linguagem que poderiam ser mais explorados, sistematizados, aprofundados, relacionados entre si e mesmo com a sociedade. Apresentamos, a seguir, algumas dessas perspectivas, tendo como critério de exposição o cronológico.

2 TEORIAS LINGUÍSTICAS: GRÃOS DE AREIA NA AMPULHETA

Para caracterizar o percurso histórico dos estudos linguísticos ao longo do tempo, utiliza-se, aqui, a imagem de uma ampulheta. Parece pertinente essa relação tendo em vista que a preocupação do homem com a linguagem é tão antiga quanto a preocupação com a invenção de instrumentos para medir o tempo – dentre os quais está a ampulheta, também conhecida por relógio de areia, cuja invenção é atribuída a um monge de Chartres, de nome Luitprand que viveu no século VIII.

Ademais, assim como a areia – que, embora passe de uma âmbula para a outra num determinado intervalo de tempo, quando a ampulheta é virada, tornando possível a contagem das horas, não modifica sua essência (é sempre a mesma areia) –, os estudos linguísticos, embora evoluam ao formularem diferentes concepções, não deixam de ter o mesmo ponto de referência: a linguagem como faculdade inerente do ser humano.

Nesse sentido, inicia-se o acompanhamento do tempo de existência da linguística. Vire-se a ampulheta.

2.1 COMEÇANDO A CONTAGEM

A escrita possibilitou uma análise preliminar da linguagem: devaneios sobre a origem, a forma e a força das palavras. Essa constatação, anunciada por Ducrot & Todorov (1982), também poder ser encontrada na argumentação de Aurox (1992), conforme resenhado por Pilar (2004). Para Aurox, as ciências da linguagem têm seu aparecimento fundado na escrita. Tais ciências, segundo esse autor, remontam à virada do terceiro e segundo milênios antes da nossa era, entre os acadianos.

Ducrot & Todorov (1982) mencionam que a linguística ocidental se originou da filosofia grega, a qual marcou a primeira fase dos estudos acerca da linguagem. Nessa fase, o interesse dos pensadores gregos pela língua era somente raciocinar sobre a condição original da linguagem (natural ou convencional). As categorias que foram instauradas (nome, verbo, gênero gramatical) repousavam sobre bases lógicas e filosóficas. Dos pré-socráticos aos estoicos e alexandrinos, depois no renascimento aristotélico até o século XVIII, *a língua permaneceu objeto de especulação, não de observação* (BENVENISTE, 1988, p. 20). Não havia a preocupação de estudar e descrever a língua por ela mesma, nem de verificar a validade das categorias fundadas em gramática grega ou latina; o estudo sobre o funcionamento da língua era secundário.

O primeiro texto de linguística – “Gramática Sânscrita” de Panini (séc. IV a.C.) – trata dos processos de derivação e de composição morfológica.

Dionísio de Trácia, no primeiro tratado gramatical grego, distinguiu oito “partes do discurso”¹ e categorias secundárias (como gênero, número, caso). No século II a.C., Apolônio Díscolo levantou os problemas de sintaxe (DUCROT & TODOROV, 1982).

No século II d.C, os gramáticos romanos retomaram e prosseguiram os trabalhos gregos. Dentre eles, Varrão se destaca como autor de uma volumosa descrição da língua latina, testemunhando a influência de todas as escolas gramaticais gregas. No século V, Donato e Prisciano codificaram a gramática latina para a posteridade, o que determinou em grande parte a forma dos manuais escolares para o ensino de língua².

A partir do século X, a originalidade dos gramáticos medievais, como Gerbert d’Aurillac, Santo Anselmo, Abelardo e Pierre Hélie, manifestou-se na vontade de estabelecer uma teoria geral da linguagem, independente de línguas particulares (sobretudo do latim). Já no século XIII, Siger de Courtrai, Jean Aurifaber e Tomás d’Erfurt, integrantes da chamada “escola modista”, preconizaram a autonomia absoluta da gramática em relação à lógica, a partir do ponto de vista de que o elemento gramatical (uma “parte do discurso”) não devia definir-se pelo seu significado, mas sim pelo modo como o significado era visado, pelo tipo de relação instituído entre palavras e coisas.

Vale destacar que, até o início do século XV, a língua latina foi privilegiada como objeto de análise. No entanto, em 1660, Claude Lancelot, professor de Port-Royal, escreveu, com a colaboração de Antoine Arnauld, uma Gramática Geral, que comumente é designada de “Gramática de Port-Royal”. Seu objetivo era *enunciar certos princípios a que todas as línguas obedecem* (DUCROT & TODOROV, 1982, p. 19). Sob esse ponto de vista, todas as línguas respeitam princípios universais para tornar visível a estrutura

¹ No período antigo e medieval, o termo “discurso” era concebido de maneira bem distinta da que os analistas atribuem atualmente. Dionísio de Trácia chamou de “partes do discurso” o que, hoje, é referido como “classes de palavras” ou “classes gramaticais”. Tem-se, assim, um exemplo de que o a linguagem pode ser analisada sob diferentes pontos de vista, o que, inevitavelmente, refletirá nas terminologias e conceitos (re)formulados.

² É interessante notar que essa visão de língua a partir da concepção gramatical predomina até hoje no ensino formal, a ponto de muitas pessoas se declararem não “saber” sua própria língua materna por desconhecerem as regras ditadas pela gramática normativa. No Brasil, por exemplo, essa situação tem sido analisada e criticada por muitos linguistas contemporâneos, como Sírio Possenti, João Wanderlei Geraldi, Marcos Bagno, dentre outros, que não veem na língua uma organização com propriedades formais estáveis, mas, sim, como um sistema vivo, maleável, que se constitui a partir de seu uso no meio social.

do pensamento. Por exemplo: substantivos designam coisas, adjetivos designam propriedades; o adjetivo concorda com o nome a que se refere, etc. A importância desse ponto de vista consiste no fim do privilégio à gramática latina como modelo de análise, já que outras línguas passaram a ser observadas, e na tentativa de explicar os usos particulares a partir de regras gerais deduzidas.

Nessa abordagem, a palavra era concebida como imitação do pensamento, já que as línguas, para os gramáticos gerais, permitem aos homens “significarem-se”, darem a conhecer uns aos outros os seus pensamentos. Portanto, a função da língua nada mais era do que representar o pensamento humano³.

No início do século XIX, na Alemanha, Schlegel, Grimm e, especialmente, Bopp, em sua obra “Sistema de conjugação da língua sânscrita, comparado com o das línguas grega, latina, persa e germânica” (1816), descobriram a existência de uma relação de parentesco entre o sânscrito, língua sagrada da Índia antiga, e a maioria das línguas européias antigas e modernas, as quais foram consagradas a um conjunto de línguas chamadas ou indo-européias, ou indo-germânicas.

Na análise das línguas, eram considerados dois processos: por empréstimo, quando uma palavra da língua “b” era conscientemente formada sobre o modelo de “a” (por exemplo: *hospital* originou-se por imitação do latim *hospedale*), e por herança, quando “a” passava para “b” de modo inconsciente com progressiva transformação (por exemplo: *hospitale* sofreu sucessivas transformações que originaram *hotel*).

O método experimentado sobre o domínio indo-europeu, segundo Benveniste (1988), tornou-se exemplar. Mas até os primeiros decênios desse século, a linguística propunha-se apenas como ciência histórica, com o objetivo de estudar a evolução das formas linguísticas. Seu objeto era, portanto, uma fase da história das línguas. O método utilizado era o comparativo, pelo se estabeleciam correspondências entre as línguas em qualquer tempo. Cada

³ Daí advém o que, hoje, se designa como a primeira concepção da linguagem (por ser a mais antiga): linguagem “como representação (‘espelho’) do mundo e do pensamento” (KOCH, 2001, p. 9).

língua se subdividiu, dando origem a uma família. Elementos gramaticais (radicais ou elementos lexicais) também eram comparados.

Segundo Ducrot & Todorov (1982, p. 27), *o projeto da linguística ligava-se à idéia duma dupla conservação no interior da transformação*, ou seja, as línguas se transformam, mas conservam sua organização gramatical e sua organização fonética. Formou-se, assim, a tese do declínio das línguas, segundo a qual é possível comparar uma palavra moderna com uma palavra antiga de estrutura aparentemente diferente, continuando a afirmar que a comparação deve respeitar as organizações gramaticais (ao se transformarem, as línguas não criam organizações gramaticais novas). Os referidos autores explicam que o declínio das línguas ao longo da história ocorreu quando a língua passou a ser tratada, especialmente por Bopp e Schleicher, como um instrumento de comunicação, *cuja utilização deve tornar-se mais cômoda e econômica possível* (DUCROT & TODOROV, 1982, p. 28).

Por outro lado, já havia inquietações entre os linguistas sobre questões que a linguística histórica não havia precisado propor e, por isso, nenhuma resposta podia fornecer. Algumas dessas questões, de acordo com Benveniste (1988, p. 21), eram: Qual é a natureza do fato linguístico? Qual é a realidade da língua? É verdade que não consiste senão na mudança? Mas como, embora mudando, permanece a mesma? Como funciona e qual é a relação dos sons com o sentido?

Assim, os estudiosos começaram a se interessar pelas línguas não escritas e sem história. Descobriram que os quadros tradicionais empregados para as línguas indo-europeias não se aplicavam nas línguas indígenas da América. Tratava-se de categorias diferentes que obrigavam à elaboração de novo aparato de definições e a novo método de análise. Isso levou a uma nova fase da linguística.

Na segunda metade do século XIX, a linguística histórica, em virtude dos trabalhos de um grupo de linguistas, sobretudo alemães – conhecidos por “neogramáticos” –, dentre os quais se destacaram Curtius (1858-1868) e Paul (1880), passa a basear-se nos princípios positivistas da ciência e da filosofia contemporâneas. O ponto de vista defendido era o de que a linguística histórica devia ser explicativa, ou seja, além de verificar e descrever transformações

(preocupação de Bopp), era necessário encontrar as suas causas. Essa explicação devia ser do tipo positivo (sujeitos falantes transformam a língua ao utilizá-la). Para isso, era fundamental o estudo das transformações ocorridas num período limitado, a fim de que fosse possível fazer o levantamento das causas de ordem tanto articulatória (leis fonéticas passíveis de explicação fisiológica) quanto psicológica (tendência para a analogia). Nesse sentido, os neogramáticos tinham, também, a preocupação de provar que a palavra original (por exemplo, “casa”) preexiste à palavra derivada (“casinha”).

Considerando esse contexto, chega o momento de se virar a ampulheta e vislumbrar um momento em que o modo de conceber a linguagem, ainda hoje, tem suas marcas registradas, de uma forma ou de outra, nos estudos da linguagem.

2.2 VIRANDO A AMPULHETA – SÉCULO XX

De 1907 a 1911, um professor de linguística, na Universidade de Genebra, ministrou, sucessivamente, três cursos de Linguística Geral a pequenos grupos de alunos, dentre os quais se encontravam Riedlinger (nos dois primeiros) e Sechehaye (no terceiro). Esses dois discípulos, acompanhados de Bally, a partir dos apontamentos feitos pelos alunos durante as aulas ministradas pelo mestre genebrino, editaram a obra que é, hoje, reconhecida como o ponto de partida para os estudos linguísticos: “Curso de Linguística Geral”. Trata-se da obra póstuma de Ferdinand de Saussure, publicada em 1916, três anos após sua morte.

Conquanto Saussure tivesse publicado *Mémoire sur les voyelles* ainda em vida, foi o *Cours de linguistique générale*, publicada em sua primeira edição em francês e, a partir de 1928, traduzida em, pelo menos, nove línguas (a versão portuguesa foi publicada em 1970), que consagrou o nome do linguista genebrino no mundo.

Por meio de debates teóricos e sob a inspiração do “Curso de Linguística Geral”, pouco a pouco os linguistas tomam consciência da sua tarefa: *estudar e descrever por meio de uma técnica adequada a realidade linguística atual* (BENVENISTE, 1988, p. 21), sem misturar nenhum

pressuposto teórico ou histórico na descrição (adoção da perspectiva sincrônica), e analisar a língua nos seus elementos formais próprios.

Nesse sentido, Saussure (1916/1974) estabeleceu que Linguística teria como matéria todas as manifestações da linguagem humana, de diferentes povos e épocas, considerando-se todas as formas de expressão (não só a correta linguagem e a “bela linguagem”). Estabeleceu, também, que a tarefa da Linguística é

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria (SAUSSURE, 1974, p. 13).

Nessa fase da linguística, o objeto não é mais a filosofia nem a evolução das formas linguísticas, mas, em primeiro lugar, a realidade intrínseca da língua. Além disso, visa a se constituir como ciência – formal, rigorosa e sistemática. Igual interesse é dispensado a todos os tipos de línguas, escritas ou não escritas. Busca-se saber em que consiste e como funciona uma língua. Para isso, aprofunda-se a natureza da linguagem, descobrem-se *as suas relações tanto com a inteligência como com o comportamento humano ou os fundamentos da cultura* (Idem, p. 32).

A exemplo de Saussure, os linguistas começam a ver a língua em si mesma e por ela mesma. Com isso, reconhecem este princípio fundamental da linguística moderna: qualquer língua (qualquer que seja a cultura usada, em qualquer estado histórico) forma um sistema. Desde os sons até as complexas formas de expressão, a língua é um arranjo sistemático de partes, a qual se compõe de elementos formais articulados em combinações variáveis, conforme determinados princípios de estrutura.

Com base nas concepções de Saussure, Benveniste (1988) explica que uma língua comporta um número reduzido de elementos de base, os quais possibilitam um grande número de combinações. Pela análise metódica, reconhece-se que uma língua conserva uma pequena parte das combinações, teoricamente numerosas, que resultariam dos elementos mínimos reunidos livremente. Essa restrição delinea certas configurações específicas, variáveis

segundo os sistemas linguísticos. Portanto, uma estrutura é composta por *tipos particulares de relações que articulam as unidades de um certo nível* (BENVENISTE, 1988, p. 22).

A definição de cada uma das unidades de um sistema é dada pelo conjunto de relações que mantém com as outras unidades e pelas oposições em que entra (entidade relativa e opositiva, conforme Saussure). Na realidade, *as entidades linguísticas não se deixam determinar senão no interior do sistema que as organiza e as denomina, e umas em razão das outras. Não têm valor a não ser como elementos de uma estrutura* (Idem, p. 23). A teoria da língua passa a ser, portanto, um sistema de signos e organização de unidades hierarquizadas.

Dessa forma, a noção positivista do fato linguístico (preconizada pelos neogramáticos) é substituída pela de relação, ou seja, o “atomismo” dá lugar ao “estruturalismo”. Unidades de vários tipos são arroladas quando segmentos de natureza e de extensão variável se isolam dentro do dado linguístico. Cada uma dessas unidades tem de ser caracterizada por níveis distintos, cada um dos quais descrito em termos adequados. Por isso tem havido um grande desenvolvimento da técnica e da terminologia da análise, pois todas as operações, conforme preconizou Saussure, devem ser explícitas.

Segundo o ponto de vista de Saussure, as unidades da língua dependem do plano sintagmático (nas suas relações de sucessão material na cadeia falada) e paradigmático (na possibilidade de substituição), cada uma no seu nível e dentro da sua classe formal. Em vista disso, pode-se caracterizar uma estrutura linguística pela distribuição e pelas combinações possíveis de unidades. O falante pode, a partir de um pequeno número de elementos de base, constituir signos, depois grupos de signos e finalmente uma variedade indefinida de enunciados, todos identificáveis por aquele que os percebe⁴. Isso é possível porque a língua é organizada sistematicamente e funciona segundo as regras de um código (BENVENISTE, 1988). Uma tentativa de ilustrar essas relações é feita no esquema a seguir.

⁴ Essa visão é compartilhada por Halliday (1989, 1994, 2004) e demais pesquisadores da Linguística Sistemico-Funcional, para os quais a linguagem é sistema sócio-semiótico e o texto é o resultado de escolhas que o falante/escritor faz a partir desse sistema.

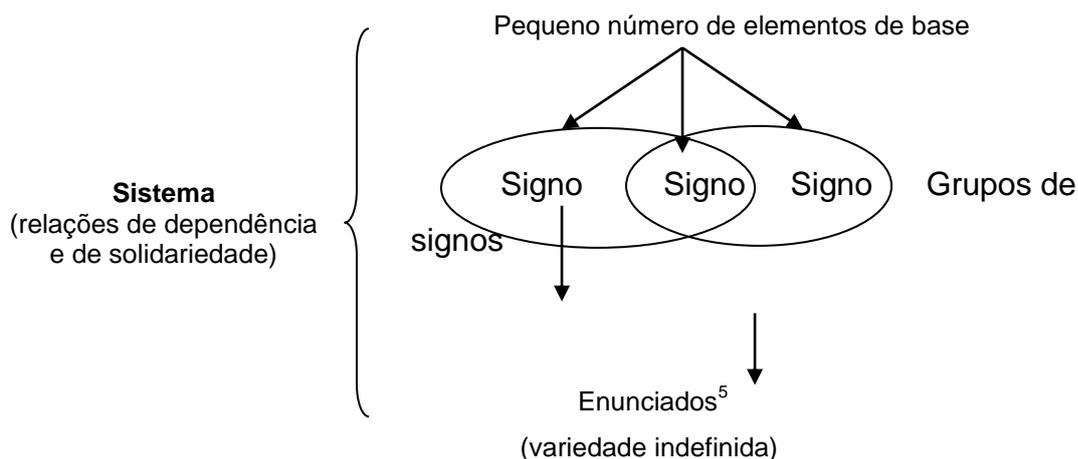


Figura 1 – Esquema do sistema de signos (elaborado a partir de BENVENISTE, 1989).

Os trabalhos linguísticos modernos caracterizam-se, assim, pela abordagem descritivista, consciência do sistema, análise desde as unidades elementares e explicitação dos procedimentos, graças à sistematização preconizada por Saussure.

Apesar disso, o trabalho de Saussure foi criticado por alguns de seus sucessores (dentre eles Jakobson, 1985), pelo fato de ter priorizado a língua (por ser social) e prescindir da fala (considerada individual). Segundo Jakobson (1985), entre a língua e a fala existe uma interdependência mútua, não dicotômica, como acreditava Saussure. A língua existe para a construção de instâncias da fala; o funcionamento da fala depende da língua.

Mas, apesar das críticas, é possível identificarem-se, no trabalho de Jakobson (1985), as bases teóricas do pensamento saussureano. Exemplo disso é o seu ponto de vista sobre signo linguístico, o qual, segundo ele, implica dois modos de arranjo:

Todo signo é composto de signos constituintes e/ou aparece em combinação com outros signos. Isso significa que qualquer unidade linguística serve, ao mesmo tempo, de contexto para unidades mais simples

⁵ Vale acrescentar que um signo só se constitui num enunciado considerado o contexto em que é usado (conforme pressupostos de Bakhtin, 1997).

e/ou encontra seu próprio contexto em uma unidade linguística mais complexa. Segue-se daí que todo agrupamento efetivo de unidades linguísticas liga-as numa unidade superior: combinação e contextura são as duas faces de uma mesma operação. (...) Uma seleção entre termos alternativos implica a possibilidade de substituir um pelo outro, equivalente ao primeiro num aspecto e diferente em outro. De fato, seleção e substituição são as duas faces de uma mesma operação (JAKOBSON, 1985, p. 39-40).

Não é preciso muito esforço para perceber que base dessas concepções advém da teoria de Saussure: a “combinação” associa-se ao “eixo sintagmático”, e a “seleção” associa-se ao “eixo paradigmático”.

É importante lembrar que o olhar de Saussure sobre a linguagem estava voltado para a estrutura da língua enquanto sistema de signos ao notar as relações que as unidades linguísticas do sistema mantêm entre si. O linguista genebrino procedeu, em clara conformidade com os critérios científicos, de análise linguística, a um corte de seu objeto de estudo: optou por aprofundar o estudo da *langue*, deixando para seus sucessores a pesquisa sobre a *parole*.

Benveniste (1988), por sua vez, dirige seu olhar não apenas para a forma linguística, mas principalmente para a sua função. Segundo ele, a realidade é produzida por intermédio da linguagem. O falante *faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento*; o ouvinte *apreende primeiro o discurso e, através desse discurso, o acontecimento reproduzido* (p. 26). A situação da troca e do diálogo confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor representa a realidade; para o ouvinte recria a realidade. A linguagem é, portanto, o instrumento da comunicação intersubjetiva. A inserção do sujeito na constituição da linguagem marca uma nova etapa no desenvolvimento do conhecimento linguístico, mas sem perder de vista os fundamentes que a antecederam.

2.3 E A AREIA PROSSEGUE NO SEU CURSO...

A partir dos fundamentos de Saussure, que, ao suprimir o sujeito da cadeia da fala, abriu espaço para que novos estudos fossem efetuados sobre a linguagem, Benveniste (1988) e Bakhtin (1986) trouxeram muitas contribuições

para o desenvolvimento da Linguística que se tem hoje ao estabelecerem de relações entre a língua e a sociedade.

Segundo Benveniste (1988), a língua é *uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular* (p. 31). Tanto a língua como a sociedade são dadas e aprendidas pelo ser humano. A criança desenvolve-se na sociedade dos homens, que lhe inculcam o uso da palavra. A consciência do meio social que envolve a criança é despertada e, pouco a pouco, seu espírito é moldado por intermédio da linguagem. À medida que a adquire consegue realizar operações intelectuais complexas, integra-se na cultura que a rodeia.

A cultura, para Benveniste (1988), é tudo o que dá forma, sentido e conteúdo à vida e à atividade humana. Ela consiste em noções, prescrições e interdições específicas; é um fenômeno inteiramente simbólico, já que se define como um conjunto complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religiões, leis, política, ética, artes. Tudo isso é impregnado na consciência do homem e é o que dirige o seu comportamento em todas as formas da sua atividade. Trata-se de um universo de símbolos integrados numa estrutura específica manifestada e transmitida pela linguagem. Cada língua e cada cultura emprega um aparato específico de símbolos, o qual permite a identificação da sociedade. Daí a existência da diversidade de línguas e de culturas. O símbolo prende, pois, esse elo entre o homem, a língua e a cultura.

Benveniste (1989), por sua vez, descreveu a estrutura das relações de pessoa no discurso a partir do verbo. Segundo ele, em todas as línguas dotadas de verbo, este possui distinções de pessoas que se marcam de uma ou de outra maneira. A categoria de pessoa é “fundamental e necessária” ao verbo. O autor considera não haver relação homogênea entre as pessoas, pois se revela uma disparidade entre as duas primeiras pessoas (“eu” e “tu”) e uma terceira (“ele”). A primeira pessoa é “aquele que fala”; a segunda é “aquele a quem é dirigida a fala”, e a terceira “aquele que está ausente” (não-pessoa). Então, a pessoa só é própria às posições “eu” e “tu”; a terceira pessoa está ausente.

Uma característica de “eu” e “tu” é, assim, a sua unicidade específica. Já “ele” pode ser muitos sujeitos – ou nenhum. Outra característica se refere à

reversibilidade do “eu” e “tu”: o que “eu” define como “tu” se pensa e pode ser invertido em “eu”, e “eu” se torna “tu”. Isso já não pode ser feito com “ele”, uma vez que “ele” em si não designa especificamente nada nem ninguém. Uma terceira característica é que a terceira pessoa é a única que pode servir de predicado de “coisa”.

Ao par “pessoa-eu” e “pessoa-tu” pertence uma correlação de subjetividade. “Eu” é interior ao enunciado e exterior a “tu”, mas exterior de maneira que não suprime a realidade humana do diálogo. Estabelece-se uma relação vivida entre “eu” e a “quase-pessoa” (pessoa fictícia).

Com relação à pluralização, as relações propostas entre as três formas do singular não se transportam para o plural. *A passagem do singular para o plural não implica apenas uma pluralização* (BENVENISTE, 1988, p. 255). Em muitas línguas, cria-se uma diferenciação da forma verbal da primeira plural sob os aspectos “inclusivo” e “exclusivo”. Não pode haver uma soma de vários “eu” concebidos pelo mesmo “eu”. Em vista disso, “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas sim uma junção entre o “eu” e o “não-eu”. O que predomina em “nós” é o “eu”, pois só haverá “nós” a partir do “eu”, o qual, por sua vez, sujeita o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcendente. Assim, há dois conteúdos do “eu + não-eu” (exclusiva) e “eu + vós” (inclusiva). O plural exclusivo consiste de uma junção das duas formas que se opõem como pessoal e não pessoal em virtude da “correlação de pessoa”.

Bakhtin, na metade do século XX, torna-se um dos precursores das principais linhas que orientam a linguística moderna. Seus trabalhos a respeito da enunciação, da interação verbal, as relações entre linguagem, sociedade e história e entre linguagem e ideologia que representaram enormes desafios no campo das investigações linguísticas, têm balizado inúmeras pesquisas nesse campo⁶.

A palavra, para Bakhtin (1986), está sempre carregada de conteúdo, de sentido ideológico; está, pois, vinculada a um contexto linguístico e real. Ou

⁶ Destacam-se os estudos literários e, especialmente, os estudos linguísticos, como, por exemplo, as pesquisas sobre gêneros discursivos e práticas sociais, que têm sido o foco de propostas teórico-metodológicas como Análise de Gêneros Textuais e Análise Crítica do Discurso.

seja: as palavras não existem fora de contexto. O ato da fala (que tem a enunciação como produto) não pode ser considerado um ato individual no sentido estrito, nem pode ser explicado a partir de condições psicofisiológicas do sujeito falante, pois a enunciação é de natureza social (Idem, 1986).

No ponto de vista de Bakhtin (1986, p. 95), *na prática viva da língua a consciência linguística do locutor e do receptor (...) tem a ver (...) apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular*. O locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas num determinado contexto; não lhe importa a forma linguística enquanto sinal estável e sempre igual, mas sim enquanto signo variável e flexível. O receptor, por sua vez, busca compreender a forma linguística utilizada pelo locutor; não lhe importa reconhecê-la (como se fosse um item do dicionário) em conformidade com a norma, mas sim compreender sua significação numa enunciação particular, num contexto concreto. O falante se apresenta como parte das diversas enunciações de outros locutores de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática linguística. A transmissão dessas enunciações, conforme Bakhtin (1986), leva em conta uma terceira pessoa (a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações).

Desse modo, vozes entrecruzam-se no discurso, pois sendo a enunciação um ato de natureza social (BAKHTIN, 1986), é possível entrever, nesse processo, o reflexo do meio social que orientará o sentido que será tomado para a realização do enunciado.

Bakhtin (1997) parte para a descoberta da língua como unidade viva, das suas funções sociais e do papel que o meio social assume no momento da realização da língua no enunciado. Põe em cena a situação social como fator determinante no momento de efetivação da palavra que não é senão a mistura de muitas vozes que se unem para dar forma aos enunciados, que, organizados de modo relativamente estável, constituem os gêneros discursivos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como as demais ciências cooperam para o progresso da investigação para esclarecer o funcionamento profundo do espírito humano nas suas operações, inspirando-se nos métodos e até na terminologia linguística, Benveniste (1988) demonstra crer que pesquisas paralelas gerarão novas disciplinas e *concorrerão para uma verdadeira ciência da cultura que fundará a teoria das atividades simbólicas do homem* (p. 32).

As descrições formais das línguas, desde o surgimento da escrita, passando por todas as fases aqui apresentadas, antes e após Saussure, têm contribuído para o desenvolvimento da Linguística enquanto ciência humana. Nesse sentido, as tendências dos estudos linguísticos, já apontados por Benveniste na metade do século passado, remetem à construção das máquinas lógicas aptas a efetuar traduções; das teorias da informação esperam-se esclarecimentos sobre a maneira como o pensamento está codificado na linguagem. Essas são as pesquisas que, para Benveniste, marcarão nossa época, em cujo desenvolvimento ele percebia o resultado de simbolizações cada vez mais abstratas, que *têm o seu fundamento primeiro e necessário no simbolismo linguístico* (p. 33).

Auroux (1982), conforme salienta Pilar (2004), argumenta nessa mesma direção, ao defender que *a linguística é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX em um contexto determinado, que possui objetos determinados (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas)*. Nesse caso, a linguística é uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória e, por isso, em sua opinião, fazer a história da ciência só pode corresponder a duas estratégias: admitir que uma ciência é só a totalidade dos momentos de seu desenvolvimento, ou procurar no passado os elementos que se enquadram nas preconcepções definidas por um ponto de vista datado.

Portanto, é impossível realizar qualquer estudo linguístico negando-se a relevância dos estudos anteriores. Apesar de todos os avanços por que tem passado a Linguística, muito ainda é preciso investigar sobre a linguagem. Em vista disso, o papel do linguista contemporâneo é tão complexo quanto o dos filósofos gregos e romanos, dos gramáticos medievais e dos neogramáticos, os

quais não tinham outros pontos de vista para (re)construir os fundamentos da linguagem a não ser a sua própria visão.

Hoje, os pesquisadores enfrentam um novo desafio: informar-se acerca das diversas teorias da linguagem, a fim de compreender os diferentes pontos de vistas que se contrapõem e, ao mesmo tempo, se entrelaçam numa cadeia sucessiva de análises, para, então, lançar o seu próprio olhar sobre um aspecto ainda não explorado na constituição da língua.

Depois da concepção da linguagem como expressão do pensamento (visão sustentada até o século XIX), a linguagem passou a ser considerada um instrumento (“ferramenta”) de comunicação, *um código através do qual um emissor comunica a um receptor determinadas mensagens* (KOCH, 2001, p. 9). Contemporaneamente, a linguagem é concebida como uma forma (“lugar”) de ação ou interação, orientada para uma finalidade específica num contexto específico, possibilitando *aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes* (idem, p. 10).

Essa última concepção da linguagem, que iniciou com a inserção do sujeito na constituição do discurso a partir dos pontos de vista de Bakhtin e Benveniste, tem sido ponto de partida para estudos sobre a linguagem como prática social, instanciada em gêneros discursivos diversos. De um modo ou de outro, tem influenciado pesquisadores da linguagem, como Bazerman, Halliday, Swales, Kress, Meurer, van Leeuwen, Motta-Roth, Barbara (MEURER & MOTTA-ROTH, 2002), dentre tantos outros que estudam a linguagem usada em contextos específicos.

Ter essas noções sobre a história da produção do conhecimento linguístico são fundamentais para que pesquisadores, professores, linguistas e demais envolvidos com a linguagem possam ir além da descrição (que é também fundamental para os estudos da língua).

É nesse sentido que a Linguística está, aqui, associada à imagem e à função da ampulheta. Embora a ampulheta seja um instrumento ultrapassado para contar o tempo, não se deve ignorá-la; afinal, o raciocínio lógico empregado para sua invenção é a base do funcionamento dos relógios atuais.

E mesmo os relógios atuais, que se apresentam com diferentes técnicas de funcionamento (analógicos, digitais) e com diferentes formas (de pulso, de parede, de mesa, do computador, etc.) não mudaram sua finalidade: contar o tempo em unidades.

Da mesma forma, não há como o linguista ignorar a lógica que moveu os estudos sobre a linguagem ao longo do tempo: a preocupação do homem em compreender a si mesmo por meio da linguagem em suas mais diversas manifestações. Nenhuma teoria é melhor que a outra; nenhuma é mais correta ou mais bonita. Todas se complementam, se entrelaçam, dialogam em busca da compreensão do papel da linguagem na vida do homem, que dela faz uso para atender as suas necessidades no grupo social. Assim como os grãos de areia que descem na ampulheta, as teorias linguísticas auxiliam na compreensão do percurso traçado pela humanidade ao longo de sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP: Pontes. 1988.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes. 1989.

DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário das ciências da linguagem**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1985.

KOCH, I. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2001.

MEURER, J. L; MOTTA-ROTH, De. **Gêneros textuais**. São Paulo: EDUSC, 2002.

PILAR, J. Resenha: AUROUX, Sylvain (1992) **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: UNICAMP, 2004 (no prelo).

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.